



MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO

Estado de São Paulo
CNPJ 44.567.014/0001-67



LEI Nº 2789, DE 18 DE JULHO DE 2024.

“Dispõe sobre abertura de um Crédito Adicional Especial no orçamento de 2024 da Prefeitura Municipal de São Pedro do Turvo”

MARCO AURÉLIO OLIVEIRA PINHEIRO, Prefeito Municipal de São Pedro do Turvo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º. Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.468.760,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, setecentos e sessenta reais), para o Setor da Saúde, na seguinte rubrica da despesa:

02.00.00.- Poder Executivo

02.06.00.- Secretaria Municipal de Saúde

02.06.01.- Fundo Municipal da Saúde

10.301.0007.1.108 – Emenda Parlamentar – 36000626538202400 – Custeio Serviços

3.3.90.39.00 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte 05300.000,00

10.301.0007.1.109– Emenda Parlamentar – 36000587251202400 – Custeio serviços

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte 05400.000,00

10.301.0007.1.110 – Emenda Parlamentar – 2024.268.61684 - Custeio serviços

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Fonte 02200.000,00

10.301.0007.1.111 – Emenda Parlamentar Estadual 2024.289.60330 – Custeio Mat. Consumo

3.3.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 02

248.060,00



MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO TURVO

Estado de São Paulo
CNPJ 44.567.014/0001-67



10.301.0007.1.112 – Emenda Parlamentar Estadual 2024.068.61539 – Custeio Mat.

Consumo

3.3.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 02 150.000,00

10.301.0007.1.113 – Repasse Estadual – IGM SUS PAULISTA – Custeio Mat. Consumo

3.3.90.30.00 – Material de Consumo – Fonte 02 170.700,00

Total.....1.468.760,00

ARTIGO 2º. Os recursos necessários à cobertura do presente Crédito Adicional Especial serão por repasses efetuados através de Emendas Parlamentares Federais e Estaduais recebidas.

ARTIGO 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir referida abertura de crédito adicional na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2024 e no Plano Plurianual – PPA 2022/2025, para que possam produzir os efeitos jurídicos necessários, conforme os anexos complementares a esta lei, que passam a fazer parte integrante da mesma.


ARTIGO 4º. Fica também o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as referidas dotações se necessário, respeitando-se sempre os limites legais.

ARTIGO 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

São Pedro do Turvo, 18 de julho de 2024.


MARCO AURÉLIO OLIVEIRA PINHEIRO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO
NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA


MEYRIELEN SEVERIANO DE SOUZA – Chefe de Gabinete